

A "BOA" SEXUALIDADE EM BOM-CRIOULO: CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A INTERSECÇÃO RAÇA E GÊNERO



Samanta Rodrigues de Campos¹

Gustavo Angeli²

¹ Psicóloga Clínica.
Bacharel em
Psicologia pela
Universidade
Federal do Paraná –
UFPR. Especializada
em Psicanálise
e Dispositivos
Contemporâneos
— Uniavan. E-mail:
samanta.rodrigues.
campos@gmail.
com.

² Psicólogo Clínico.
Docente do Curso
de Psicologia no
Centro Universitário
de Brusque –
UNIFEBE. Mestre
em Psicologia
pela Universidade
Estadual de
Maringá.
Doutorando em
Psicologia pela
Universidade
Federal de
Santa Catarina
- UFSC. E-mail:
gustavooangeli@
gmail.com.

RESUMO

Partindo do pensamento de que a cultura é o espaço em que se permitem possibilidades e interdições para o sujeito e para o desejo, buscamos promover uma discussão através da teoria psicanalítica sobre como as categorias raça e gênero aparecem em intersecção na obra Bom-Crioulo de Adolfo Caminha (1895). Nos deparamos com uma moral que data desde antes do século XIX e vem determinando a maneira como construímos nossa subjetividade e propagando preconceitos. Assim, baseando-nos na psicanálise extramuros fizemos uma leitura flutuante da obra em questão a fim de refletir sobre a construção do sofrimento psíquico do personagem Amaro. Concluimos que frente as limitadas opções fornecidas pela moral, o que sobra para pessoas são vivências, em torno da expressão da sexualidade, limitadas e geradoras de angústias.

Palavras-chave: Gênero. Interseccionalidade. Psicanálise. Raça.



EDITORA
AVANTIS



THE GOOD SEXUALITY IN BOM-CRIOULO: PSYCHOANALYTICAL CONSIDERATIONS ABOUT RACE AND GENDER

ABSTRACT

Starting from the thought that culture is the space in which possibilities and inter-dictions are allowed for the subject and desire, we seek to promote a discussion through psychoanalytic theory about how the categories race and gender appear in intersection in Adolfo Caminha's (1895) Bom-Crioulo. We're faced with a morality that dates before the 19th century and has been determining the way we construct our subjectivity and propagating prejudices. So, based on extramural psychoanalysis, we made a fluctuating reading of the work in question in order to reflect on the construction of the character's suffering Amaro. We deduce that in view of the poor options provided by morals, what remains for people are experiences around the expression of sexuality limited and generating anguish.

Keywords: Gender. Intersectionality. Psychoanalysis. Race.

1 INTRODUÇÃO: O CONTEXTO, O MOVIMENTO ARTÍSTICO E O AUTOR

A proposta desse artigo é uma discussão em torno da intersecção raça e gênero através da teoria psicanalítica e para tanto, faremos uma análise da construção do sofrimento psíquico do personagem Amaro na obra Bom-Crioulo (1895) de Adolfo Caminha.

Bom-Crioulo é um romance com desfecho trágico criado pelo escritor naturalista Adolfo Caminha em 1895. A época de sua publicação marca uma importante transição para o Brasil, uma vez que, a monarquia e a escravidão tinham sido extintas a menos de uma década (HOWES, 2005; MENDES; CATHARINA, 2009; SOUZA, 2019). O abandono desses sistemas apresentou questões como: a substituição da mão-de-obra escrava e a criação de hierarquias sociais, o que significou um aumento da mobilização dos setores intelectual, político e econômico de nosso país (ALONSO, 2014; HOWES, 2005).

Estes setores por sua vez, manejaram o projeto republicano conforme seus interesses, isto é, investindo no estabelecimento de um modelo de cidadão que se

justificava por meio de teorias raciais e de degeneração (HOWES, 2005; NETO, 2009; SCHWARZ, 1993). Pode-se dizer que ambas as teorias se estabeleceram à medida que a ciência positiva e determinista do século XIX se desenvolvia, no entanto, ganham força conforme os conceitos de evolução e hereditariedade, cuja a essência é biológica, começam a ser utilizados por outros tipos de ciências e consequentemente a serem empregados no meio social (SCHWARZ, 1996).

O cenário que deriva do darwinismo social abre brecha para crenças em diversas dicotomias como a de raça superiores *versus* raças inferiores e chama ainda mais atenção, ao ligar-se ao conceito de degeneração (decadência em aspectos físicos, intelectuais e morais) isso porque, sua utilização que suporta teorias de degenerescência, é aproveitada na explicação de diversos fenômenos sociais como: epidemias, alcoolismo, criminalidade, alienação e homossexualidade (HOWES, 2005; SCHWARZ, 1996; SERPA JÚNIOR, 2010).

Em nosso país vários desses fenômenos foram atribuídos aos negros e mestiços, posto que doenças como a tuberculose e a sífilis seriam originárias do continente africano e o suposto atraso em nosso desenvolvimento civilizatório acontecia pelo enfraquecimento genético promovido pela miscigenação — o que implicava também em uma necessidade de um controle sobre a sexualidade (SCHWARZ, 1996).

Neto (2009) observa que a sexualidade era um dos pilares cujas atenções se voltaram na república recém estabelecida e cujo o processo de reformulação foi exigido pela sociedade brasileira do século XIX com o pretexto de sustentar a imagem do Brasil como uma nação civilizada e próspera. A exemplo da trajetória do personagem Amaro criado por Caminha (1895), podemos perceber que essas construções guardam uma capacidade de limitar subjetividades e produzir sofrimentos.

Apesar da rápida aceitação pela elite brasileira de teorias raciais e de degeneração, a aplicabilidade delas no território nacional se demonstrou difícil e lenta, posto que consideravam negativas as características da maioria populacional brasileira que era negra e mestiça (HOWES, 2005; SCHWARZ, 1993). Nesse sentido, o cabo de guerra em que opunham-se a alta sociedade e a população negra, mestiça e abolicionista tencionava-se cada vez mais (ALONSO, 2014).

Ou melhor, as ideias de origem positivista europeias adaptadas ao contexto brasileiro assumiram justamente o cunho social característico da conjuntura em questão, tanto pela sua implantação premeditada pela escassa elite quanto pela perpetuação crítica e acrítica nos espaços sociais, intelectuais, políticos e artísticos

(HOWES, 2005; SCHWARZ,1993). Acreditamos que é exatamente nesse meio que nossa discussão se localiza, posto que, Adolfo Caminha é um autor nordestino, republicano, abolicionista ativo e também um dos maiores representantes do movimento artístico naturalista brasileiro (MENDES; CATHARINA, 2009).

O naturalismo brasileiro, em específico em sua expressão literária, guarda semelhanças com o equivalente movimento francês iniciado no final do século XIX, isso porque, a escrita do autor remete as características essenciais para se reconhecer esse tipo de literatura, que teve o francês Émile Zola como seu pioneiro, a saber: a natureza descritiva e explícita, a utilização da sexualidade e o embasamento nos avanços científicos de sua época (MENDES; CATHARINA, 2009; SEREZA, 2012; SOUZA, 2019).

Sobre o último aspecto citado, vale destacar que os personagens do romance naturalista agem conforme um determinismo e hereditariedade que se ligam ao meio ocupado, contra os quais eles não têm recursos para lutar e cuja a única alternativa é buscar a sobrevivência (HOWES, 2005; MENDES; CATHARINA, 2009; SEREZA, 2012). Por certo, existe no naturalismo uma clara referência ao darwinismo social, entretanto, a escola naturalista não necessariamente faz um uso arbitrário da ciência, já que como proposto por Zola, procura aliar as esferas literária e política (MENDES; CATHARINA, 2009; SOUZA, 2019).

O decorrer da trama de Bom-Crioulo, por exemplo, acontece a partir do envolvimento afetivo-sexual entre três personagens: Amaro (Bom-Crioulo) homem negro perto dos trinta anos e veterano na marinha brasileira; Aleixo marinheiro iniciante de quinze anos de origem humilde e descrito como dono de uma beleza singular e Dona Carolina uma senhora lusitana, ex-prostituta e proprietária de uma pensão.

Seguindo as diretrizes naturalistas, Caminha (1895), retrata a população negra já residente na cidade do Rio de Janeiro através de Amaro e também a volumosa e invisibilizada parcela imigrante feminina, em especial as imigrantes portuguesas por meio de Dona Carolina (HOWES, 2005; MENEZES; MATOS, 2017). Além de, como comum nas produções literárias desse movimento, valer-se das descrições das relações sexuais e erotismo das camadas coladas à margem social (SOUZA, 2019).

Então, ao atenderem a lógica naturalista os autores brasileiros buscaram retratar o cotidiano do proletariado urbano e da burguesia ascendente de nosso país que era composta em sua maioria por pessoas pobres e diferentes no que diz respeito a estética, a raça e a sexualidade; mesmo que para a sociedade desse período, essas parcelas populacionais fossem exatamente apontadas como problemáticas

(MENDES; CATHARINA, 2009; SOUZA, 2019).

Não obstante, eles estabeleceram o caráter disruptivo para o romance naturalista brasileiro e validaram sua autonomia do movimento francês, à medida que serviram aos contextos histórico-políticos da nação (MENDES; CATHARINA, 2009; SEREZA, 2012). Vide o impacto com que a produção de Adolfo Caminha (1895) foi recebida na sociedade carioca da época — que chocou-se, criticou e dissimulou a obra por vários anos para enfim, reconhece-la como um dos primeiros livros a falar sobre a homossexualidade no Brasil (MENDES; CATHARINA, 2009; SEREZA, 2012).

Com efeito, não estavam à disposição de Caminha (1895) apesar de Howes (2005) identificar que o escritor estava advertido e tentou usar de maneira questionadora as ideias de seu tempo — elaborações como as de Laguardia (2004) e Schwarz (1996), que reconhecem a parcialidade do conceito de raça, bem como destacam que essa concepção em seu sentido classificatório das diferenças entre grupos humanos, na verdade revela conveniências sociopolíticas e preconceitos. Ou, a visão freudiana (1905/2016, 4ª ed.), que afasta a homossexualidade do campo da degeneração e a compreensão da sexualidade humana como algo que não se resume aos genitais, nem serve somente para a reprodução e muito menos se encerra na heteronormatividade.

Nem mesmo, o conceito de gênero que em seu caráter analítico para o feminismo representa a problematização da organização social do sexo, já que essa categoria se define como uma construção cultural dos papéis sociais relativos ao homem e a mulher (LOURO, 2008; SPITZNER, 2011). Dessa forma, sexo anatômico não predeterminaria papéis, mas sim fatores múltiplos da cultura (ciência, família, religião, leis e educação) que nos influenciam de maneira constante e imprevisível no decorrer de nossas vidas, o que implica em uma não conformidade natural entre sexo, gênero e sexualidade (LOURO, 2008; SPITZNER, 2011).

E por fim, o fundamental pensamento da interseccionalidade, que em sua origem nas vivências de mulheres negras e nos desenvolvimentos intelectuais do feminismo negro, marca conceitualmente e de forma crítica os entrelaçamentos, confrontos e contradições entre as categorias de raça e gênero (AKOTINERE, 2019). Sendo também capaz de estender sua compreensão a todos que não correspondem aos padrões de base científica-social fomentados desde o século XIX, que privilegiam homens, pessoas brancas e classes abastadas (HIRATA, 2014).

Destacando que os conhecimentos supracitados não estavam ao alcance de Caminha (1895), procuramos evitar um anacronismo e ao mesmo tempo pensar

sua obra a partir dos elementos culturais que fizeram parte do processo criativo do autor. Acreditamos que essa é uma forma de manter nosso texto alinhado com os limites da relação psicanálise e arte, isto é, reconhecendo a capacidade da última em criar valores sociais e a utilizando como combustível para o desenvolvimento de nossa produção.

Para tanto, dividiremos o texto em quatro partes: a primeira delas, abordará a intersecção raça e homossexualidade; a segunda apresentará nosso método; a terceira contará com uma construção de um caso clínico a partir da leitura flutuante do livro Bom-Crioulo e por fim, a quarta finalizará nossa produção com algumas considerações e apontamentos entrelaçados à teoria psicanalítica.

2 VIVÊNCIAS INTERSECCIONAIS: DISCUTINDO RAÇA E HOMOSSEXUALIDADES

Raça e homossexualidades são construções mutantes e que acompanham os fatos históricos e o desenvolvimento da ciência, pensar sobre essas categorias a partir do recorte do livro Bom-Crioulo é nos debruçarmos sobre as definições que excluem, invisibilizam e patologizam as expressões da vida humana. Em termos de análise cabe então, localizarmos algumas das ideias que são importantes para entendermos as origens e implicações dessas noções, bem como apresentar reflexões acerca desses constructos.

Pode-se dizer que o conceito de raça começou a se estruturar conforme avançavam as expedições colonizadoras, isso porque, no contato da sociedade europeia com as sociedades indígenas, negras e asiáticas surgiu o questionamento de quais critérios definiriam o que é ser humano ou ainda, ter humanidade (SCHUMAN, 2012; SCHWARZ, 1993).

Até o século XVIII predominou uma visão que unificava os homens acerca da humanidade, mas os diferenciava entre mais desenvolvidos, leia-se os que possuíam marcas identificatórias da civilização europeia, e menos desenvolvidos o que continuavam em seu estado “natural” como os indígenas encontrados nas Américas (SCHUMAN, 2012; SCHWARZ, 1993). O século seguinte contou com as contribuições de Charles Darwin (1859) para responder a pergunta dos europeus, o desenvolvimento das ideias darwinianas explicitou duas vertentes: o monogenismo e o polige-

nismo (SCHUMAN, 2012; SCHWARZ, 1996).

Interessa-nos o desdobramento desses pensamentos, pois a partir das dessas duas facetas surge a ideia de raça como um conjunto de características físicas e morais de um grupo humano que se manifestam em todos os indivíduos que pertencem a ele (SCHWARZ, 1996). Então, o conceito de raça demarca uma forma encontrada de classificar e hierarquizar pessoas a partir de fatores biológicos e culturais, cujo o padrão de superioridade era estabelecido conforme o modelo de sociedade europeia (SCHUMAN, 2012; SCHWARZ, 1996).

Nesse sentido, o racismo é uma ideologia — derivada da noção de raça e se afirmou pelo pensamento científico do século XIX — que corresponde a uma crença na superioridade física, moral, intelectual e estética da raça branca-europeia (SCHUMAN, 2012; SCHWARZ, 1996). Sendo assim, o racismo é um dispositivo de poder que torna a identidade branca como o padrão a ser seguido e por conseguinte quaisquer outras só possuem lugar a margem, na inferioridade ou no desvio (SCHUMAN, 2012; SCHWARZ, 1996).

Do ponto de vista antropológico, Blok (2016) chama atenção para o quanto esse movimento da sociedade europeia remete ao pensamento freudiano de “narcisismo das pequenas diferenças”, posto que ao identificar as sutis particularidades do ser humano como a cor da pele, o formato de nariz ou o tipo de cabelo, o povo europeu não só afirma, mas também resguarda sua própria identidade. Ou melhor, a identidade branca.

Schuman (2012), faz considerações importantes sobre a identidade branca que complementam os apontamentos feitos anteriormente por Souza (1983) sobre a identidade negra. Ambas as autoras a partir de seus respectivos lugares de fala, ressaltam que o preconceito racial é um problema de brancos e não-brancos.

Os apontamentos de Schuman (2012) destacam como os critérios raciais não são aplicáveis somente em pessoas negras. A autora explica que ser branco configura uma diversidade de significados que fazem sentido dentro de contextos culturais específicos; no Brasil, diz Schuman (2012), ser branco liga-se a classe social e ao fenótipo.

Em contrapartida, ainda seguindo o raciocínio de Schuman (2012), existe algo muito peculiar a identidade branca que é descrito por ela como uma invisibilidade. Esta característica aparece no dia-a-dia da pessoa branca conforme acontece uma falta de percepção ou mesmo postura de negação frente a racialização de sua existência (SCHUMAN, 2012).

É importante esclarecer que não existe de fato uma invisibilidade da identidade branca, o que acontece é o perceptível jogo de interesses que ora assume e ora esconde essa identidade, revelando a conveniência para o branco de flexibilizar a sua racialização (SCHUMAN, 2012). Não podemos deixar de lembrar que é justamente essa possibilidade utilizada pela pessoa branca que acaba por fomentar construções racistas no âmbito social.

Aproveitamos para lançar de uma digressão, guardada a devida licença poética, no estilo cartesiano: branco, logo potencialmente racista. Em outras palavras, o racismo não é exercido obrigatoriamente de forma consciente, ou ainda, nem toda pessoa branca concorda com o preconceito racial — apesar de que não podemos negar que existem as que defendem e reproduzem discursos sobre a superioridade e pureza racial brancas (SCHUMAN, 2012). Porém, assumir uma identidade racial branca dentro de uma sociedade de estrutura racista implica automaticamente na obtenção de privilégios e na possibilidade de se portar de um modo racista (SCHUMAN, 2012).

Nessa direção, destacar esse tipo de conduta é também reconhecer que pessoas brancas possuem privilégios simbólicos a partir da identidade racial branca, ou seja, é poder avaliar criticamente o lugar de superioridade reservado a branquitude (SCHUMAN, 2012). Por certo, identificar esse caminho da branquitude é pensar sobre as ações das pessoas brancas que mantém e propagam essas vantagens, bem como os motivos que as levam a utilizarem desses privilégios, mas não perceberem que o fazem (SCHUMAN, 2012).

Entendemos que localizar elementos que compõem a branquitude significa fazer um breve resgate histórico em que localizamos a colonização como fator que produz a sociedade moderna e mais precisamente, entender a colonização europeia em seu caráter opressor e civilizatório. Atributos que aparecem tanto na escravização e tráfico de africanos como na influência do pensamento científico adotado para a criação de novas nações e modelos de cidadãos na América (SCHUMAN, 2012). Isto é, se a ciência ressalta a diferença racial, a desigualdade racial já vinha sendo estabelecida desde a escravização. O racismo é então, o instrumento de poder do branco sobre o negro que serve para afirmar essa desigualdade (SOUZA, 1983).

Como aponta Souza (1983) sobre a conjuntura brasileira e a identidade negra, a passagem da monarquia para a república não alterou a maneira como a sociedade brasileira definia o negro. Se na sociedade escravocrata era fato a correlação pessoa

negra e inferioridade social, a pós-abolição somente atualizou as formas de manutenção dessa realidade reforçando a imagem que o branco fazia do negro e atuando na maneira como este último via a si mesmo e seus pares (SOUZA, 1983).

A autora explica que a liberdade atribuída a abolição era um novo aprisionamento do negro dentro de padrões brancos de comportamento. A saber, para viver na sociedade de dominação branca, o negro deveria demonstrar disciplina, docilidade, submissão e utilidade (SOUZA, 1983). Para nós, dentre os dispositivos lançados pela branquitude para hipervalorizar o branco se evidencia o mito negro, pois essa é uma construção bastante representativa do racismo e suas consequências psíquicas.

Sustentado no imaginário social — e portanto, reverbera no inconsciente de pessoas negras e brancas — o mito negro é a ideia de que a pessoa negra é naturalmente diferente. A “natureza negra” atribuída pelo mito acaba por se manifestar socialmente por meio de adjetivações da pessoa negra como uma pessoa exótica, ruim, suja, irracional e potente (SOUZA, 1983). Chama nossa atenção que a mitologia negra ao tomar o espaço no discurso impulsiona a reprodução de estereótipos comuns de nosso convívio social como de que pessoas negras possuem uma musicalidade e ritmo ímpares, ou ainda, de que possuem uma resistência física feita para trabalhos braçais e até um desempenho sexual fora do comum (SOUZA, 1983). É válido destacar que o apelido de Bom-Crioulo designado para Amaro compõem-se dessas marcas que dizem da dominação branca.

De acordo com Souza (1983), essas “qualidades” remetem ao preconceito racial, uma vez que, colocam as particularidades atribuídas as pessoas negras no campo do primitivo e ilógico em oposição a racionalidade e civilidade das pessoas brancas. E de fato, o mito negro constata uma realidade ainda atual em que a hegemonia dos interesses brancos acontece, inclusive pela introjeção e reprodução do discurso da branquitude pelo negro, através do ideal de eu e narcisismo (SOUZA, 1983).

Se as referências de qualidade e bem-estar, leia-se desde estética até a possibilidade de ascensão social, são elementos que são aceitos ou permitidos somente aos brancos, respectivamente; a pessoa negra se vê obrigada a narcisicamente amar a brancura, posto que, o Ideal de Eu de tornar-se branco não pode ser realizado (SOUZA, 1983). Então, a pessoa negra entende que precisa se vestir como branco, se comportar como branco, se relacionar afetivo-sexualmente com o branco para poder se reconhecer e ser reconhecido como sujeito.

Assim, Souza (1983) é assertiva ao assegurar que para o negro ser reconhecido como pessoa, era preciso deixar de ser negro. Nesse sentido, fica claro que aglutina-se à desigualdade racial vivenciada pelo negro uma gama de impossibilidades como a de construir, reconhecer e orgulhar-se de sua identidade tanto individual quanto como grupo.

Sendo assim, o racismo para a pessoa negra representa uma ferida narcísica profunda, causada pela ruptura e contradições histórico-políticas da branquitude (SOUZA, 1983). No entanto, via de regra a pessoa negra vem resignificando essa ferida por meio da busca pela construção de um novo Ideal de Eu em espaços de militância, em que as marcas da branquitude são constatadas em seu sentido real e simbólico, bem como existe a possibilidade de construir uma identidade negra com valores e interesses próprios. Ou como de forma perspicaz coloca Souza (1983), onde a pessoa negra afirma seu direito de tornar-se negra.

No entanto, esse movimento da pessoa negra não exime de responsabilidades a sociedade como um todo, uma vez que, é fundamental que possamos entender a branquitude como dispositivo de poder que promove, no caso brasileiro, desigualdades entre brancos e negros (SCHUMAN, 2012). Pois, compreendendo o poder da branquitude e como ele se manifesta, vide o mito negro, também admitimos o papel consciente e inconsciente que as pessoas brancas possuem no desenvolvimento de desigualdades raciais.

Dando continuidade ao nosso raciocínio, pode-se se dizer que processos sobre a anulação da identidade negra pela identidade branca de que falamos até então, guardam certa semelhança aos que causam a supressão da identidade homoerótica pela heterossexual. Inevitavelmente, ao falar sobre esse processo acabamos abordando o gênero e suas desigualdades, contudo, vale lembrar que devido ao nosso recorte nos direcionaremos às discussões que se aproximam das homossexualidades.

Ceccarelli (1999), chama atenção para a perspectiva de que a reprovação da homossexualidade, na verdade remete ao enigma que a sexualidade se tornou para o ser humano. Nesse sentido, se torna interessante destacar que a construção das civilizações implicou na reprodução de discursos negativos sobre essa expressão da sexualidade, culminando em sua reprovação social, moral e jurídica (FRAZÃO; ROSÁRIO, 2008). É necessário construir um breve panorama para que possamos identificar quais fatores contribuem para o enigma da sexualidade e ainda, o que faz com que ele seja envolto de preconceito e culpa.

Em nossa cultura ocidental podemos considerar que a tradição judaico-cristã deu continuidade ao pensamento da Antiguidade que propagava uma visão negativa sobre o prazer sexual (CECCARELLI,1999). Dentro dessa conjuntura, a moral cristã também delimitava os perigos e pecados ligados as práticas sexuais que deveriam ser conforme a natureza, isto é, servir somente para a reprodução (CECCARELLI,1999).

Sendo assim, já se construía uma ideia de sexualidade normal sendo seu contrário considerado anormal e/ou um ato contra a natureza (CECCARELLI,1999). Fazemos um adendo, há a possibilidade de escutar os resquícios desse pensamento na obra naturalista que estudamos, posto que Caminha (1895), ao descrever a primeira cena de sexo entre Amaro e Aleixo, o autor define-a como a conclusão de um ato que transgrediu a natureza.

Anos à frente, com um suposto afastamento desse pensamento teológico, observamos a ciência evolucionista do século XIX determinar que a adaptação e sobrevivência aconteceriam também pela indiscutível missão de propagar a espécie, sendo que essa tarefa deveria ser cumprida a partir da união de gametas do macho e da fêmea (PARISOTTO, *et al*, 2003). Portanto, o ato sexual ocuparia a função exclusiva da reprodução, o que sem dúvida aponta para a direção de uma moralidade sexual (CECCARELLI, 1999).

Vemos novamente essa influência em outra passagem de Bom-Crioulo em que seu autor declara sobre o relacionamento homoerótico:

[...] Esse movimento indefinível que acomete ao mesmo tempo de duas naturezas de sexos contrários, determinando o desejo fisiológico de posse mútua, essa atração animal que faz o homem escravo da mulher e que em todas as espécies impulsiona o macho para a fêmea (CAMINHA, 1895, p.30).

Acrescido a isso, se fortalece uma ética sexual que estabelecia que a realização social e pessoal de um sujeito só aconteceria através do casamento entre o homem e a mulher (COSTA, 2002). O laço conjugal, além de atrelar a identidade masculina a signos de força, dominação, agressividade e a identidade feminina a submissão e docilidade; também opõe automaticamente outras práticas afetivo-sexuais, reafirmando seu caráter negativo que se justifica pela impossibilidade de produzir cópias genéticas de qualidade (FRY; MACRAE, 1985). Nessa direção, acontece um enlaçamento entre sexo anatômico, gênero e sexualidade bem como se formariam as sequências vagina-mulheres-femininas e pênis-homens-masculinos (ARÁN, 2006).

Interpretamos que esse momento demarca o que Costa (2002) chama de “invenção do homossexual”, isso porque, da significação social e harmonia atribuída entre sexo, gênero e sexualidade temos a ideia de uma identidade masculina heterossexual, em que a masculinidade se define a partir da negação de tudo que remete ao feminino, bem como reforça-se a ideia de que o homem foi feito somente para se relacionar afetivo-sexualmente com a mulher. Segundo esses moldes, reafirmam-se para as homossexualidades a não-naturalidade e a feminilidade.

O discurso médico psiquiátrico vem para somar ao moral e biológico, através de nomenclaturas de maneiras de obtenção do prazer que não atendiam a finalidade de reprodutiva como o sadismo, masoquismo e o voyeurismo, componentes da categoria das perversões (CECCARELLI, 1999). Sendo, no âmbito jurídico as ditas perversões representavam um atentado aos bons costumes e deveriam ser punidas em vista de prezar pela normalidade, isto é, o sexo somente para procriação (CECCARELLI, 1999).

Próximo a propagação dessas nomenclaturas surge o termo homossexualismo, inventado pelo médico húngaro Karoly Maria Benker em 1869 (COSTA, 2002; FRY; MACRAE,1985). Ao substituir outros como a sodomia, o uranismo ou inversão esse termo demarca a conotação de desvio e/ou patologia dentro da ciência. Não sem motivo, a medicina identificou essa manifestação da sexualidade como doença cuja origem poderia ser genética ou fenotípica (FRY; MACRAE,1985).

Esse momento da homossexualidade como doença demarca uma brecha que, segundo Costa (2002), tanto poderia isentar as pessoas que não atendem a norma da heterossexualidade quanto condená-las. Ao acompanharmos a forma como a ciência e a sociedade lidou com as homossexualidades, fica evidente que as soluções se encaminharam mais para a condenação, vide operações e tratamentos que visavam a cura (COSTA, 2002).

Essa onda classificatória das homossexualidades de certa forma não escapa à psicanálise. Adotamos aqui uma postura que discerne a óbvia contribuição dessa teoria para a cultura, vide a produção de 1905 “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” em que Freud (2016) rompe com pensamento de sua época destacando a não equivalência entre a sexualidade e a natureza humana, bem como questiona a ordem do normal *versus* patológico, afirmando a diversidade da pulsão sexual — e por fim, amarrando a constituição do sujeito a sexualidade e assim, sugerindo uma outra forma de pensar esse primeiro (CECCARELLI, 1999).

Isto posto, existem críticas como as de Arán (2009), que embora reconheçam aspectos inovadores da teoria freudiana, destacam que nela a centralidade atribuída ao Complexo de Édipo — entendendo-o como uma passagem mobilizadora de pulsões e afetos ligados aos pais — na verdade, reforçaria como única possibilidade a binaridade de gênero e todas as implicações já citadas nessa produção que em suma, para a autora, delimitariam as identidades feminina e masculina.

Outras, como a de Costa (2002), que refletem sobre a forma como por meio da teoria psicanalítica foram possíveis interpretações que localizam a homossexualidade dentro de uma estrutura perversa. Para o autor, além dessa relação homossexualidade e perversão ser frágil, o que também lhe chama atenção é como a aproximação da homossexualidade com a perversão remete ao clandestino, ao animal, representações que aparecem em Bom-Crioulo, por exemplo, cujo o desejo de Amaro por Aleixo é descrito como um furor agressivo.

Como vimos, o panorama que se estruturou desde antes do contexto socio-cultural do século XIX, iniciou um movimento que transformou orientações sexuais em identidades sexuais. Nessa direção, torna-se fácil estabelecer que as homossexualidades, como declara Costa (2002), são “idênticas a si mesmas no espaço-tempo” e difundir preconceitos.

De acordo com Ceccarelli (1999), o preconceito sobre as diversas expressões da sexualidade se funda a partir do conflito entre as exigências pulsionais e os ideais pertencentes a cultura, isto é, surge da repressão sexual e do recalque. O autor (1999, p.31) explica que

ao passarmos do registro do instinto para o da pulsão, a renúncia dos impulsos sexuais tornou-se problemática pois, como vimos, por não ter objeto fixo e estar submissa à dimensão do desejo, a pulsão escapa a qualquer forma de controle.

Assim, se por um lado é nesse ponto que entrariam os ideais da cultura visando contribuir para o recalque, é também onde esses mesmos ideais atestariam sua ineficácia para inibir o retorno do recalcado, vide as manifestações inconscientes que funcionam tanto como um lembrete desse fracasso como dizem da impossibilidade de se estabelecer uma sexualidade ideal (CECCARELLI, 1999). Tal como Amaro que representa o “fracasso” da sociedade brasileira em conseguir exercer o controle sobre a sexualidade e difundir uma norma para ela.

Nesse sentido, pode-se concluir que o fato da sexualidade se estabelecer a partir de uma norma é o que fomenta preconceitos e culpa. De acordo com Ceccarelli (1999), o preconceito pode se manifestar em vista da quebra dos valores morais através de um sinal que se voltaria para essas pulsões recalcadas, mas também por meio de formas de diferenciação como o uso de nomenclaturas, a classificação das homossexualidades como doença ou ainda, doenças que foram atribuídas as homossexualidades como a AIDS.

Embora essa não seja mais uma crença que teve continuidade, a AIDS ocupou o *status* de “doença de homossexuais” no imaginário social, Costa (2002), em seus estudos sobre essa temática alega que a maneira que os sujeitos manejam as construções atribuídas a essa expressão da sexualidade está diretamente ligada com o risco de infecção pelo vírus. Além disso, o psicanalista nos apresenta alguns exemplos sobre como homens lidam com sua sexualidade e se reconhecem dentro do espectro.

Essa pesquisa aponta para o entendimento de que as homossexualidades correspondem a uma diversidade de maneiras de se vivenciar as relações afetivo sexuais entre duas pessoas do mesmo sexo e também para como muitos homens compreendem a “identidade homossexual” como problema, como indício de inferioridade, posto que seus referenciais são baseados nos ideais envoltos de preconceitos que definiram a “identidade heterossexual”.

Concluimos então, que a dicotomia heterossexualidade *versus* homossexualidade estabelece um cenário em que se identificar ou ser considerado homossexual implica um compromisso moral, psíquico e a exposição a violências (COSTA, 2002; FRY; MACRAE, 1985). Depreendemos que a preferência pela definição das pessoas exclusivamente pela sua orientação sexual delimita subjetividades e sustenta preconceitos. Assim, assumir a pluralidade da sexualidade humana é também admitir que as homossexualidades não correspondem ao oposto da heterossexualidade, mas sim a uma variedade legítima das expressões e caminhos do desenvolvimento da libido (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Por fim, nessa etapa de nosso texto procuramos colocar em prática o pensamento interseccional, isto é, localizar e pensar criticamente sobre os padrões de base científica-social através de um movimento de dentro para fora do problema, ou se preferir do centro para a margem, colocando em perspectiva a branquitude, a heterossexualidade e suas reverberações no corpo e ideais sociais.

3 A PSICANÁLISE EXTRAMUROS: MÉTODO

Pode-se dizer que predominam as formas de pesquisa que se aproximam aos científicimos, entendidos nesta produção como um tipo de saber que se diferencia da ciência à medida que se considera detentor de certezas irrevogáveis (VASCONCELOS, 2014). Ou seja, o científicismo é um saber que se vale daquilo que é formalizado, para tomar como certo os resultados de seu método, supondo então uma completude em suas conclusões não existindo, portanto, espaço para a dúvida — ou melhor, excluindo o sujeito de desejo (VASCONCELOS, 2014). Enquanto que a ciência é capaz de transmitir conhecimento sem encerrar o assunto, pontuando as contradições e dificuldades, utilizando da formalidade para investigar e perguntar, mas sem a pretensão de uma resposta completa (VASCONCELOS, 2014).

Entendemos que a dúvida é um dos fatores que impulsionam a psicanálise, uma vez que, seu objeto de estudo, o inconsciente, não é mensurável (OLIVEIRA; TAFURI, 2012). Nessa direção, a psicanálise se afirma como ciência à medida que recupera o sujeito em sua maneira de fazer pesquisa (LAPLANCHE, 1992).

A pesquisa com o método psicanalítico remete ao processo criativo do fazer analítico, que em sua capacidade de criar um saber único, porém mutável, desenvolve a ética da psicanálise a partir de um fazer cujo foco pode voltar-se a clínica, a psicanálise extramuros, a teoria ou a história (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006). Destacamos nossa escolha pelo método da psicanálise extramuros, uma vez que, entendemos que a estratégia de produção de conhecimento identifica a potencialidade da psicanálise em construir a cultura e ao mesmo tempo ser construída por ela. Uma possibilidade de escutar os rastros do inconsciente para além do consultório particular.

Dessa forma, a psicanálise extramuros nos permite fazer uma leitura flutuante da obra *Bom-Crioulo* a fim de a partir de seus conteúdos em transferência com os autores possibilitar associações e interpretações na aposta de novos e outros sentidos para as questões relacionadas à raça e ao gênero.

4 O DESEJO DE AMARO

Para pensar sobre a obra *Bom-Crioulo* e mais especificamente no personagem Amaro, partimos da impressão da autora de que para esse personagem a cor da pele

e a homossexualidade chegam antes dele, no sentido de que essas são marcas que predeterminam uma boa parte do caminho de Amaro. Localizamos esse pensamento como o fator inquietante desse livro e o direcionamos para um questionamento sobre o desejo e as possibilidades de interdições que são reservadas a ele dentro da cultura (CAMINHA, 1895).

Isto posto, entendemos que para o personagem Amaro existe sempre uma dualidade que opõe aquilo que esperam que ele seja e aquilo que o personagem pode e consegue ser, mas que em últimas consequências acaba por relevar pouco espaço para suas escolhas. Isso porque, logo que somos apresentados a Amaro sabemos que o que leva a ser marinheiro é a oposição a vida escrava. Isto é, essa instituição se apresenta como uma das poucas opções de condições de vida para ele frente o cenário que se montava no início da república brasileira, onde não se tinham preocupações com a sobrevivência dos corpos negros.

Ao longo da leitura vemos que a cor do corpo não herda somente as dores da escravização, ela é pano de fundo para a afirmação da branquitude e um constante lembrete de que o que se espera de Amaro é um comportamento primitivo, selvagem. Nesse sentido, é que surge o apelido de Bom-Crioulo designado a Amaro pelos seus colegas marujos, já que sarcasticamente falando, contra todas as chances ele é uma pessoa negra que consegue seguir as regras, é obediente, é dócil. Entendemos que essas características que são atribuídas ao personagem representam tudo o que ele poderia ser aos olhos de seus colegas, afinal ora lhe diziam como se comportar e ora o marcavam com a diferença ao perceberem que o pedido foi atendido.

A carreira na marinha equivale ao crescimento de Amaro que chegara na vida de marujo no início de sua juventude. Como aqueles que se desenvolvem e ficam mais confortáveis com sua subjetividade, Amaro coloca seu corpo, manias e vícios a transitar pelo meio social. Este por sua vez o recebe, novamente destacando a diferença que chama a atenção, por exemplo, a sua estrutura física que seria feita para o trabalho e seu vício no álcool que o leva a se comportar de maneira violenta. Estes aspectos ganham magnitude pela cor da pele, promovendo a ambiguidade da figura de Amaro, já que seus colegas se relacionam com ele a partir do fator medo. E apesar de os episódios de uso excessivo do álcool não serem frequentes, eles demonstram a preferência pela submissão que sustentava a imagem de Amaro como Bom-Crioulo.

Amaro navegou pela vida de marinheiro sem arranjar muitos problemas, mas também sem ter muitas emoções. É com a chegada de Aleixo para a sua fragata que

podemos acompanhar a sua transformação que se baseia especialmente nos questionamentos de suas certezas sobre a sexualidade. Assim, se antes da chegada do jovem marinheiro ele não se perguntava sobre os motivos de suas relações sexuais com mulheres não conseguirem se concretizar, a resposta se apresenta para o personagem apenas pela troca de olhares com Aleixo. Este último em toda ingenuidade e inexperiência, conferidas pelo autor da obra, apresenta uma demanda de cuidados e orientação que é prontamente atendida por Amaro.

A partir desse ponto cria-se uma atmosfera de sedução conduzida por Amaro e direcionada ao Aleixo que se desenvolve em alto mar na clandestinidade, no campo do proibido, já que para os dois personagens, essa seria a única maneira possível de viver sua paixão. No entanto, em vários momentos Caminha (1895), aponta que apesar de Amaro e Aleixo se relacionarem em segredo, circulavam comentários sobre como o primeiro apenas se concentrava no bem-estar do segundo e não vinha cumprindo sua função da mesma maneira, e assim, se demarcava o caráter de anormal, excessivo para esse envolvimento que já sondava ambos os personagens que procuravam manter mais privada possível a sua história.

Nesse sentido, ao contrário do que a trama nos conduz, entendemos que essa relação é o despertar de Amaro para o desejo de ser amado. De fato, os esforços desse personagem direcionam para alimentar a relação, ao oferecer para Aleixo um pequeno quarto na pensão de Dona Carolina localizada em bairro pobre do Rio de Janeiro. Assim, sem precisar sustentar mais o segredo, o casal constrói uma rotina ao longo de um ano que conta com algumas participações de Dona Carolina. Personagem cujo frágil vínculo com Amaro se estabeleceu a partir de uma postura heroica ao salvá-la de um assalto.

No entanto, torna-se válido destacar que mesmo se tratando de uma relação homoerótica, os amantes são colocados cada um em um polo em que se identificam com características da masculinidade e a da feminilidade em suas formas restritas. Dessa forma, para Amaro são reservados atributos de virilidade, ele é aquele expressa a vontade de possuir e penetrar seu amante; enquanto Aleixo, especialmente na relação com Amaro, é representado pela ingenuidade, delicadeza e passividade. Isto é, são dois homens cuja conexão ainda é explicada sobre a base de um envolvimento atribuído a uma hierarquia de gênero.

As obrigações de Amaro e Aleixo com a marinha acabam por promover o afastamento entre esses personagens, se por um lado Amaro se esforçava para con-

seguir rever Aleixo e sem sucesso acaba ficando um tempo hospitalizado. De outro, Aleixo busca apagar todos os resquícios de sua relação com Amaro tanto a partir envolvimento com Dona Carolina quanto ignorando as tentativas de contato feitas por seu ex-amante.

Destacamos que o relacionamento entre o jovem marinheiro e a senhora portuguesa apresenta algo bastante significativo, dado que no período em que Aleixo se envolvia com Amaro era entendido a partir de um referencial feminino, porém nessa nova configuração a marca da masculinidade se apresenta em Aleixo. Fica de certa maneira explícito que somente em uma relação com uma mulher esse personagem poderia de fato se tornar homem.

Nesse meio tempo, Amaro oscilava entre a saudade e o ressentimento dada a indiferença demonstrada por Aleixo. O sentimento de raiva e humilhação se acumulam para o primeiro personagem também conforme os boatos do novo envolvimento amoroso de Aleixo chegam ao seu conhecimento. A confirmação dos rumores é decisiva para a conclusão dessa história, já que em um momento de cólera Amaro ao confrontar Aleixo, o assassina e é preso pelo ato.

Amaro ou amá-lo. Uma pessoa negra e homossexual pode se colocar como sujeito de desejo em nossa sociedade? Parece-nos que a trajetória desse personagem se direciona por essa dúvida, amar a branquitude, apagar sua subjetividade e suprimir a sua sexualidade ou seguir conforme os caminhos determinados e sobreviver já que a liberdade nunca se tornou necessariamente um fato. Matar literalmente o seu desejo foi talvez uma representação de que para Amaro não foram reservados espaços para escolhas, já que a cor da pele e a sexualidade são perguntas que nenhum de nós fazemos, mas que todos nós já temos as respostas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos essa produção introduzindo ao leitor o contexto em que a obra Bom-Crioulo é escrita. Em seguida baseados no pensamento interseccional colocamos em perspectivas as ideias que promoveram os conceitos de raça e homossexualidade, bem como discutimos sobre preconceitos. Por fim, apresentamos nossa leitura da obra em questão e procuramos analisar as nuances da vida do personagem Amaro a fim de destacar as implicações das construções que vínhamos discutindo.

Concluimos que devemos reconhecer que a leitura das obras naturalistas é ambígua, também a que se pensar sobre a negatividade com que é retratada a população negra e homossexual, a exemplo, de Bom-Crioulo e atestar o racismo e homofobia presentes na sociedade brasileira. Por outro lado, não se deve apagar a importância de Bom-Crioulo como umas das primeiras obras a tratar sobre a homossexualidade no Brasil, pois é necessário que no meio social possamos confrontar o inquietante que os Amaros nos despertam.

Sem ter a pretensão de encerrar esse assunto ou mesmo apresentar uma resposta definitiva para ele, entendemos que promover a escuta de pessoas negras e/ou que estão dentro do espectro da homossexualidade significa estarmos advertidos de nossos papéis, a medida que eles ajudam a estruturar as violências impostas como o racismo e a homofobia, bem como não naturalizar essas mesmas violências. Assim, podemos contribuir para problematizar vivências e oferecer um acompanhamento que se direcione a sua ressignificação a partir das possibilidades de cada sujeito.

REFERÊNCIAS

AKOTINERE, C. Cruzando o Atlântico em memória da interseccionalidade. In: _____, C. **Interseccionalidade**. p. 13-33. São Paulo: Pólen, 2019.

ALONSO, A. O Abolicionismo como Movimento Social. **Novos Estudos**, São Paulo, v.33, n.3, p. 115-117, dezembro 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/1100/0101-3300-nec-100-00115.pdf>. Acesso em: 26 abril 2020.

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.49-63, jan/jun 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/agora/v9n1/ao4v9n1.pdf>. Acesso em: 07 abril 2020.

ARÁN, M. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p 653-673, set/dez 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300002>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BLOK, A. O narcisismo das pequenas diferenças. **Interseções**, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p.273-306, dez 2016. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/26570/19100>. Acesso em: 22 maio 2020.

CAMINHA, A. **Bom-Crioulo**. São Paulo: Martin Claret, 1895.

CECCARELLI, P. R. Sexualidade e preconceito. **Revista Latinoamericana de psicopatologia Fundamental**, v. 3, n.3, p.18-37, out 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v3n3/1415-4714-rlpf-3-3-0018.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. Pesquisa em Psicanálise algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v.39, n.70, p.257-278, jun 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v39n70/v39n70a17.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FRAZÃO, P.; ROSÁRIO, R.O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. **Análise psicológica**, Lisboa, 1(26), p. 25-45, maio 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v26n1/v26n1a03.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. **Obras Completas**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Volume VI. (Original Publicado em 1905).

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v.26, n.1, p.61-73, jun 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

HOWES, R. Raça e Sexualidade Transgressiva em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha. **Graphos**, João Pessoa, v.7, n.2, p. 171-190, 2005.

LAGUARDIA, J. O uso da variável “raça” na pesquisa em saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 197-234, nov 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v14n2/v14n2a03.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LAPLANCHE, J. Quatro lugares da experiência analítica. Em: Laplanche, J. **Novos fundamentos para a psicanálise**. p.8-14. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v.19, n.2, p. 17-23, maio/ago 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso: 31 ago 2020.

MENDES, L.; CATHARINA, P. P. G. F. Naturalismo, aqui e là-bas. **O eixo e a roda**, Belo Horizonte, v.18, n.1, p.109-127, 2009. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3311/3240. Acesso em: 27 abril 2020.

MENESES, L. M.; MATOS, M. I. S. **Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco** (Rio de Janeiro e São Paulo - XIX e XX). São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

NETO, O. A. L. **Entre o “instinto” e a “falta de hábito”**: a psiquiatrização da sexualidade em Bom-Crioulo (1895). Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2009.

OLIVEIRA, N. R.; TAFURI, M. I. O método psicanalítico de pesquisa e a clínica: reflexões no contexto da Universidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v.15, n.4, p.838-850, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v15n4/07.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PARISOTTO, L. et al. Diferenças de gênero no desenvolvimento sexual: integração dos paradigmas biológico, psicanalítico e evolucionista. **Revista de Psiquiatria**, Rio Grande do Sul, 25(1), p. 75-87, abril 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a09v25s1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SCHUMAN, L. V. Branquitude. Em: Schuman, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 17-30. 2012. Dissertação de Doutorado da Universidade de São Paulo.

SCHWARZ, L. M. O espetáculo das raças. Em: Schwarcz, L. M. **O espetáculo das Raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. p. 12-20. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARZ, L. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, v.18, p. 77-101, 1996. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901/13519>. Acesso em: 29 ago. 2020.

SEREZA, H. C. **O Brasil na Internacional Naturalista: adequação da estética, do método e da temática naturalista no romance brasileiro do século 19**. Tese de Doutorado em Letras Universidade de São Paulo, 2012.

SERPA JR, O. D. O degenerado. **Histórias, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.447-443, dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/11.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, R. J. A literatura transgressora de Aluísio de Azevedo: a recepção do naturalismo no Brasil reflexões historiográficas. **Revista de Literatura História e Memória**, Cascavél, v.14, n.26, p. 07-25, nov. 2019. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/22454/15174> Acesso em: 24 ago. 2020.

SPITZNER, M. A categoria gênero. Em: Spitzner, M. **De invertido a queer**: as homossexualidades masculinas em Adolfo Caminha e em Caio Fernando Abreu. p.

36- 46.2011.Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.

VASCONCELOS, F. **A matematização do mundo: o discurso da ciência e a intollerância dirigida ao desejo.** Em Anais 10º Colóquio Internacional do LEPSI, p. 1-8. São Paulo: Rinaldo Voltolini, 2014.